

Exmo. Sr. Dr. Sydney Sanches
Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Palavras-chave: Art. 75-F da CLT – Teletrabalho – Regime de preferência – Pessoa com deficiência – Responsável legal.

Ementa: Indicação ao PL 503/2023, Dep. Neto Carletto – PP – BA.

Submeto a exame e crivo deste E. Plenário a autorização para que o Instituto dos Advogados emita parecer sobre o PL 503/2023 apresentado pelo Deputado Federal Neto Carletto (PP-BA) que propõe alterar a CLT para dispor sobre o teletrabalho para o empregado responsável por pessoa com deficiência.


Para o ilustre Deputado Federal, o art. 75-F da CLT, recentemente alterado pela Lei 14.442/2022 ao assegurar a preferência do regime de teletrabalho ao empregado com deficiência e ao que tenha filho ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos, deixou de prever hipótese igualmente relevante do ponto vista social.

Essa omissão legislativa deverá ser corrigida pelo citado PL para dar concretude ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Por essa razão, considerando ser necessário verificar os impactos do referido projeto de lei, rogo para que esse Plenário autorize a emissão do parecer pela Comissão de Direito do Trabalho.

Espera deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.



Daniel F. Apolônio Gonçalves Vieira
Adv. Insc. OAB/RJ n.º 102.609

Daniel F. Apolônio Gonçalves Vieira
Presidente da Comissão de Direito do Trabalho